

Movimentos pela educação no Brasil

Movements for education in Brazil

*Maria da Glória Gohn**

RESUMO

O texto faz uma breve reconstituição de lutas pela educação no Brasil, em movimentos e em campanhas, e destaca a participação dos estudantes e a presença das lutas pela educação nas Manifestações de Junho de 2013.

Palavras-Chaves: Movimentos sociais. Educação. Lutas pela educação.

ABSTRACT

The text makes a brief reconstruction of struggles for education in Brazil, in movements and campaigns, and highlights the participation of students and the presence of the struggles for education in the June 2013 Protests.

Key words: Social movements. Education. Struggles for education.

Introdução

É importante registrar que os movimentos pela educação têm caráter histórico, são processuais e ocorrem, portanto, dentro e fora de escolas e em outros espaços institucionais. As questões centrais no estudo da relação dos movimentos sociais com a educação são as da: participação, cidadania e o sentido político da educação. As lutas pela educação envolvem a luta por direitos e são parte da construção da cidadania. Movimentos sociais pela educação abrangem questões tanto de conteúdo escolar quanto de gênero, etnia, nacionalidade, religiões, portadores de necessidades especiais, meio ambiente, qualidade de vida, paz, direitos humanos, direitos culturais etc. Esses movimentos são fontes e agências de produção de saberes.

Podemos equacionar as seguintes fontes de demandas no campo da educação: no setor da educação formal-escolar, e a educação não-formal, desenvolvida em práticas do cotidiano, fruto de aprendizagem advinda da experiência ou de ações mais estruturadas, com alguma intencionalidade, objetivando a formação das pessoas em determinado campo de habilidade, fora das grades curriculares, certificadoras de graus e níveis de ensino.

Historicamente, as lutas pela educação formal/escolar nem sempre têm tido grande visibilidade. Ocorrem no seio dos profissionais da própria educação, usualmente via associações de classe e sindicatos, na forma clássica-greves, manifestações com carros de som, extensas pautas e jornadas de negociações. As lutas pelo acesso à educação - do ensino infantil (antigas creches) ao ensino

*Professora Titular Faculdade de Educação Unicamp e Pesquisadora 1A do CNPq. E-mail: mgohn@uol.com.br

superior - tem ocupado grande parte das agendas. Neste novo século, um dado novo entrou em pauta. Novas formas de manifestação, especialmente de jovens, advindas da sociedade civil não organizada nos moldes clássicos, demandando educação, não apenas o acesso ou “Mais Educação”, mas demandando educação com qualidade, para além dos discursos e retóricas dos planos e promessas dos políticos e dirigentes.

A relação movimento social e educação ocorre de várias formas, a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais em contato com instituições educacionais, no próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações na sociedade e no interior dos movimentos, pelas aprendizagens adquiridas pelos participantes e pelos projetos socioeducativos formulados e desenvolvidos pelos próprios movimentos, a exemplo do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). Neste artigo abordam-se lutas e movimentos pela educação ocorridas no âmbito escolas, dos estudantes, e de organizações da sociedade civil.

O movimento dos estudantes-ME

O movimento dos Estudantes-ME, especialmente os do ensino médio e universitário, merece um destaque maior porque ele sempre esteve presente em momentos cruciais da história política do país. Das ações dos estudantes de Direito na fase do Brasil Império, passando pelas lutas estudantis dos anos 1960, pelas Diretas Já de 1984, pelas Caras Pintadas de 1992, até a UNE atual, e as novas formas de ação, com ocupações em órgãos administrativos da universidade, ou as ocupações de escolas por estudantes do ensino médio, os estudantes são atores políticos relevantes no Brasil.

Se retomarmos os anos de 60 do século passado, observa-se que após 1964 as mobilizações de estudantes, como outros movimentos e organizações da sociedade brasileira, sofreram um refluxo. Mas em 1966 o ME se recompôs, até chegar ao apogeu em 1968, criando um imaginário de luta dos estudantes que associou-se à luta contra a ditadura, às lutas contra o status quo, no rastro de Maio de 68 na França, Alemanha, Checoslováquia, Estados Unidos, México, Argentina etc. À programada realização do Congresso da UNE em Ibiúna, cidade próxima de São Paulo, cujos participantes em sua maioria foram presos, seguiu-se a invasão da moradia dos estudantes na USP, o Crusp, e a repressão às grandes passeatas que ocorriam nas ruas centrais de São Paulo, particularmente a 7 de abril, a 24 de maio, a avenida São João e a praça da República. Vale a pena chamar a atenção para o fato de que o centro da cidade era então o ponto de encontro dos manifestantes, ao contrário dos anos 1990, quando os protestos deslocaram-se para a avenida Paulista, que havia se tornado o coração econômico de São Paulo, com grande concentração de companhias e bancos.

Em seguida àqueles atos repressivos, a reação do governo se deu com a Reforma Universitária de 1968, a emissão do Decreto no 477, proibindo as manifestações estudantis, e do Ato Institucional no 5 (AI-5) em dezembro de 1968.

Breno Bringel (2009; 2012), ao analisar o movimento dos estudantes no Brasil, seguindo análises teóricas de Charles Tilly e Sidney Tarrow, destaca como sendo quatro seus principais ciclos de protestos e mobilizações a partir dos anos 1960. O primeiro, ao longo de 1960, das revoltas e passeatas. O segundo, “[...] a partir de 1975, (quando) a tensão contínua entre os militares e as forças democratizantes gerou uma dinâmica de 'concessões do regime e conquistas da sociedade', dentro de uma conjuntura de resistência e luta democrática”. O terceiro localiza-se na década de 1980 na conjuntura do “Movimento pela Anistia” e as “Diretas Já”. Neste período as campanhas pela participação popular na Assembleia Constituinte tiveram grande impacto na mídia e obteve-se algumas conquistas. Bringel afirma que elas anunciaram as dinâmicas futuras das lutas estudantis no país. De acordo com o estudo de Michiles (1989) sobre as emendas populares e a participação de organizações e movimentos sociais, “[...] os estudantes apresentaram cinco emendas, mas somente uma conseguiu mais de cem mil assinaturas” (1997, p 14-15). O quarto ciclo das lutas estudantis ocorreu com os “Caras Pintadas” durante o processo de impeachment de Collor. Bringel segue autores como Mische (1997, 2008) e Barbosa (2002), quando afirmam que os “Caras pintadas” foram a única manifestação juvenil que rompeu com a apatia e o individualismo da geração “shopping center”, ao longo da década de 1990.

As ocupações às reitorias durante os anos 2007 e 2008 aparecem como o quinto ciclo de mobilização e a “nova cara visível” dos movimentos estudantis brasileiros. As questões da ética estavam na pauta estudantil desde a era Collor com os “Caras Pintadas”, mas em 2007-2008 elas assumem novo sentido, dirigem-se para a democratização das próprias universidades. O exemplo emblemático se deu em 2008 com a ocupação da UNB-Universidade de Brasília e a luta vitoriosa pela saída de seu então reitor - amplamente denunciado na mídia por gastos pessoais ou exagerados com o dinheiro público no uso dos “cartões corporativos” -, novo instrumento de viabilização de práticas clientelísticas e ilegais. Bringel (2009) assinala que

[...] o recente ciclo de mobilização estudantil supõe um novo ponto de inflexão dentro das lutas estudantis brasileiras também no que se refere ao questionamento das dinâmicas organizativas e mobilizatórias das últimas duas décadas, a partir de uma maior horizontalidade da informação, da deliberação e a ausência de lideranças definidas. Em suma, frente à centralização, hierarquização e partidarização das lutas estudantis (expressado, nas últimas duas décadas pelo controle político dessas lutas pelos centros e diretórios de estudantes, a maioria cooptados por partidos políticos) aparece um formato mais 'movimentista' (BRINGEL, 2009, p. 15-16).

Os estudantes tiveram participação ativa nos encontros do Fórum Social Mundial na primeira década deste século. As publicações, análises, material visual e relatos das edições do FSM atestam isto. A política partidária continuou a ter grande influência na UNE, liderada por mais uma década por lideranças estudantis ligadas ao PC do B. Em 2007, durante o 50o Congresso da UNE, uma mulher foi eleita Presidente da entidade - a quarta mulher a dirigir a entidade, com quase 80 anos de existência, portanto um fato histórico relevante na perspectiva da análise de gênero. A nova presidente era aluna de uma instituição particular e filiada ao PC do B, e foi a 10a Presidente filiada ao PC do B que, desde 1981, controla a entidade.

Portanto, neste novo milênio, o ME universitário volta à cena pública, protagonizando outras lutas que articulam questões específicas do cotidiano deles com questões éticas da sociedade brasileira. As primeiras se refletem nas condições de infraestrutura das universidades: falta de professores, salas, equipamentos, refeitórios e qualidade da comida, bibliotecas desatualizadas; a eterna luta sobre o valor das mensalidades, no caso das instituições particulares; aceitação das carteirinhas da UNE em cinemas, teatros etc.

Questões específicas também têm entrado na pauta das demandas dos estudantes no Brasil de forma nova, agora articuladas com as políticas nacionais. A questão das cotas para afrodescendentes, populações indígenas e de baixa renda, o Prouni, FIES, passes de transportes e preço das passagens. O Movimento do Passe Livre-MBL, que veio a desempenhar importante papel em Junho de 2013, nasceu entre estudantes do ensino médio, em Salvador e em Florianópolis. Outras políticas denominadas como de “inclusão social” irão mobilizar categorias específicas, em lutas contraditórias no movimento como um todo.

Outros movimentos e campanhas pela educação

Cumprе mencionar ainda outros movimentos e organizações sociais de luta pela educação, a exemplo dos **Movimentos de Educação Popular**. Embora ele nunca tivesse tido grande visibilidade como um ator independente, no início deste milênio ele está ganhando formato novo entre as camadas populares. Suas demandas foram, frequentemente, incorporadas pelos sindicatos dos professores e demais profissionais da educação, ou por articulações amplas, como a luta pela educação no período da Constituição levadas a efeito pelo Fórum Nacional de Luta pela Escola Pública, protagonizada basicamente por atores das camadas médias. Os militantes da luta pela educação continuaram muito atuantes nos anos 1990 - até a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases-LDB, em 1996; mas as reformas neoliberais realizadas nas escolas públicas de ensino fundamental e médio alteraram de tal forma o cotidiano das escolas que deu as bases para outras mobilizações pela educação. Falta de vagas, filas para matrículas, resultados de exames nacionais, progressões contínuas (passagem de ano sem exames),

deslocamento de alunos de uma mesma família para diferentes escolas, atrasos nos repasses de verbas para merendas escolares, denúncias de fraudes no uso dos novos fundos de apoio à educação, entre outras, foram pautas da agenda do movimento popular na área da educação. Registre-se ainda os altos índices de evasão escolar. Registre-se ainda que a crise econômica e o desemprego levaram centenas de famílias das camadas médias à procura de vagas nas escolas públicas. Além de aumentar a demanda, essas famílias estavam acostumadas a acompanhar o cotidiano das escolas, levando essas práticas para as escolas públicas, antes bastante fechadas à participação comunitária. Com isso, as escolas passaram a desempenhar o papel de centros comunitários, pois a falta de verbas e a busca de solução para novos problemas como a segurança, a violência entre os jovens e o universo das drogas, levou-as a busca de parceiros no bairro ou na região, com outros organismos e associações organizadas.

O movimento pelas creches, importante nos anos de 1970, especialmente em São Paulo e em Belo Horizonte, se institucionalizou bastante nos anos 1980. Neste novo milênio o movimento foi recriado em várias cidades, como em São Paulo com o "Movimento dos Sem Creche", devido à falta de vagas. Isto se explica também porque o acesso à educação infantil do 0-6 anos não foi universalizado na Constituição de 1988, ao contrário do ensino fundamental. Na atualidade destaca-se o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil – MEIBI, considerado um avanço da área de educação infantil. Várias pesquisas sobre movimentos sociais e lutas por creches foram realizadas especialmente na década de 1980, durante o processo de redemocratização do Brasil (ver GOHN, 1985), mas poucos abordaram esses movimentos a partir da década de 1990 até o presente.

Outro movimento importante é o **Movimento da Infância**; ele abrange crianças e adolescentes que vivem em situação de exclusão, usualmente nas ruas. Inúmeros projetos sociais têm sido desenvolvidos com estas crianças e adolescentes. Este movimento conta com o apoio de pastorais da Igreja Católica e de inúmeros voluntários.

A **Educação de Jovens e Adultos - EJA** tem no passado dos movimentos de Educação Popular criados a partir dos anos 1960; sua matriz fundadora configura-se na atualidade como um movimento social e tem inúmeros programas. O EJA organiza-se por turmas e possui grande demanda pois é ofertado à noite. No passado a educação de jovens e adultos focalizava bastante o processo de alfabetização, e a educação popular também era utilizada como terminologia para indicar processos de alfabetização em espaços alternativos, com métodos alternativos ou a pedagogia freiriana, voltada para a educação. Na atualidade, os processos de certificação curriculares podem e devem ser diferenciados dos processos de aprendizagem de conteúdos necessários para o dia-a-dia, no eixo da

educação não-formal. O MOVA-Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos é uma das ações do EJA, que não se limita a categoria dos jovens.

Um movimento social que data do século XX e ainda persiste em alguns estados brasileiros é o **movimento das escolas comunitárias**. Monica Rodrigues Costa, pesquisando o tema, afirma:

O Movimento das Escolas Comunitárias tem uma origem antiga. O seu surgimento em Recife data de 1942, sob a denominação de “escolas da comunidade”, em razão de um elevado crescimento populacional no período, sendo a oferta de serviços insuficiente para atender a demanda. Estas escolas se espalharam por todo o país. Ao longo dos anos 1980 as “escolas da comunidade” voltam a se estabelecer, basicamente em função do mesmo motivo: o sistema público oficial não consegue absorver as crianças e adolescentes de todas as comunidades, especialmente as periféricas. Seu objetivo não é apenas ser incluyente, mas desenvolver um trabalho pedagógico que assume a realidade das comunidades como parte do processo ensino-aprendizagem, tendo a experiência das pessoas como base de uma ação transformadora. Em 1986 o movimento das Escolas Comunitárias cria a AEEC, para politizar o debate educativo e lutar pelo reconhecimento das escolas comunitárias como espaço educativo e pela garantia de funcionamento, via acesso a recursos públicos. A partir dos anos 1990, o movimento prioriza o investimento na qualificação de sua prática, no reconhecimento de seu trabalho pelo Estado, e se afirma como organização que atua no campo da Educação Popular, construindo uma identidade entre as diversas experiências pedagógicas que as escolas comunitárias desenvolvem. (COSTA, 2008, p. 12-14).

Como pode-se observar ao longo de todo este texto, o cenário das mobilizações e ações coletivas altera-se no campo da educação. No século XXI, entram em cena novos sujeitos, muitos deles institucionais, como as Fundações e entidades do Terceiro Setor. Estas entidades foram estimuladas pelas novas diretrizes governamentais - tanto nacional como internacional, e pelo suporte jurídico que obtiveram ao final dos anos 1990 com a Lei do Voluntariado, ou do Terceiro Setor -, que geraram a regulamentação de novas regras para parceria público-privado. Foram estimuladas também pela criação de novos fundos e projetos de apoio e estímulo à articulação das entidades da sociedade civil e as redes públicas de escolas do ensino básico, assim como os novos Fóruns e Conferências Nacionais, Plano Nacional da Educação etc. E estimuladas ainda por linhas de projetos/programas lançadas por entidades de apoio à pesquisa acadêmica, como o CNPq, a FAPESP e outras. Alguns destes sujeitos passam a falar e a reivindicar o nome de “movimento social” para suas ações.

O leque de articulações que deu origem aos novos sujeitos também se amplia, e cruzando temáticas de gênero, etnia, faixas etárias e nacionalidade. Algumas ações ou movimentos na área da educação foram criados nos últimos anos do século XX, a exemplo da **Campanha Nacional de Direitos da Educação**, mas a maioria foi criada nos primeiros anos do novo século, muitos deles já no padrão organizativo predominante neste novo século, que é o de se organizar

segundo um foco. Assim, negros, índios e outros excluídos articularam o movimento ao redor da questão das cotas nas universidades, levando à criação de programas como o PROUNI, ou em movimentos específicos de mulheres negras como o **Fala Preta**, movimento por **escolas dos Quilombolas**, movimento por universidades para negros como a **Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares**, criada em 2001 em São Paulo. Segundo alguns analistas, o multiculturalismo que está por detrás dessas políticas, na Europa está tendo um resultado muito contraditório. De um lado, afirmou a cultura de minorias, deu dignidade às diferenças. De outro, o multiculturalismo não levou à integração e sim à segregação. O objetivo inicial, de promover a tolerância, levou ao seu contrário - a intolerância e hostilidade dos grupos que se agregaram identitariamente. Resta avaliar os resultados destas políticas no Brasil, aplicadas sem nenhuma mediação em relação às diferenças históricas do processo brasileiro de construção de sua nação.

O “**Compromisso Todos pela Educação**” é um outro exemplo dos novos movimentos sociais na área da educação neste milênio. Ele é uma coalização de pessoas do mundo empresarial e/ou das elites empresariais tais como G. Gerdau, J. Roberto Marinho ou executivos de grandes bancos e personalidades do Terceiro Setor com destacada atuação no campo da educação, como Viviane Senna, Milu Vilela, Ana Dinis, Norberto Pascoal etc., além do Instituto Ethos, o GIFE, apoio da Unesco. A proposta é no sentido de fazer da educação uma ferramenta básica para o próprio desenvolvimento do país, pressionando o governo para que ela se torne a principal política pública. A proposta é focalizar a rede pública da escola básica. Quando o Compromisso foi lançado, cinco metas básicas foram propostas para serem atingidas, até 2022.

Movimentos sociais já existentes no século XX também se reorganizaram, a exemplo **Campanha Nacional de Direitos da Educação-CNDE**, que teve sua origem em de 1999, no contexto preparatório da Cúpula Mundial de Educação no Senegal/2000. Na ocasião, um grupo de organizações da sociedade civil brasileira lançou a Campanha, com a meta de contribuir para a efetivação dos "direitos educacionais" garantidos na Constituição, por meio de ampla mobilização social, de forma a que todos tenham acesso a uma escola pública de qualidade. A Campanha surge justamente no momento que a educação passa a ser eixo central no discurso das reformas de estado e, ao mesmo tempo, em que se atribui à educação um papel estratégico no novo modelo de desenvolvimento articulado pelas políticas da globalização. A Campanha alinha-se em rede com 120 instituições, movimentos ou redes internacionais, a exemplo da Campanha Global.

A Campanha possui um Comitê Diretivo e Comitês Estaduais em treze estados brasileiros. Com uma coordenação localizada em São Paulo, ela realiza anualmente uma Assembleia Geral e se submete à Avaliação Técnica e à Auditoria

Externa, desenvolvida por consultorias especializadas. As seguintes entidades compõem a Campanha: Ação Educativa, Action Aid, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará, CEDECa, Centro de Cultura Luiz Freire, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação - CNTE, Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra-MST, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação-UNDIME, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação-UNCME. Nos últimos anos destacam-se as campanhas pela aplicação de mais verbas públicas para a educação, resultando em projetos nacionais como o que destina 75% dos *royalties* do petróleo para a educação.

A presença das lutas pela educação nas manifestações de junho de 2013

Dentre outros movimentos sociais protagonizados por estudantes, fora das escolas, destaca-se o MPL - Movimento Passe Livre. O MPL foi criado oficialmente em 2005 em Porto Alegre, mas desde 2003 esteve presente em manifestações importantes de estudantes em Florianópolis, Salvador etc. Em 2007 ganharam notoriedade na mídia na questão das tarifas de ônibus (muitos atos se realizavam dentro próprio veículo -pulavam a catraca). O bilhete único existente em várias cidades brasileiras foi uma conquista que deve ser atribuída à luta do MPL. É bom recordar também que a luta pelos transportes públicos também é histórica. Para não irmos tão longe, relembro apenas a luta por transporte (ônibus) ao final dos anos de 1970, em movimentos sociais populares em bairros da periferia apoiados pelas CEBS-Comunidades Eclesiais de Base. A mobilidade urbana é uma questão central para o cidadão, para o exercício da cidadania e une todas as camadas sociais, que sofrem o pesadelo dos deslocamentos diários no trânsito, de ônibus, carro ou metrô lotado. A insuficiência dos meios de locomoção e a lentidão das ações governamentais (nunca há verbas, obras quando aprovadas são adiadas continuamente) é uma das responsáveis pelo "desencanto" com a política e com os políticos.

As Manifestações de Junho colocaram também, junto com a mobilidade urbana, questões sociais relevantes como a saúde e a educação. Vários cartazes presentes nos grandes atos ocorridos em Junho de 2013 pontuaram o tema da educação, assim como movimentos de profissionais da educação, que já estavam em greve, ganharam força e se juntaram às Manifestações de Junho e, logo após, a exemplo do Rio de Janeiro.

O contexto escolar é um importante espaço para participação na educação. As demandas são históricas - acompanharam o processo e o modelo de desenvolvimento do país, na maioria das vezes voltadas para os interesses da categoria profissional, mas as reivindicações ajudaram a construir as agendas de políticas públicas.

Portanto, na realidade, a relação movimento social e educação existe nas ações práticas de movimentos, organizações e grupos sociais. O estudo desta relação é relativamente recente no meio acadêmico e o debate intensificou-se após as ocupações de escolas do ensino médio em Goiânia, São Paulo, Rio de Janeiro etc., assim como a ocupação das ETECS em São Paulo, escolas de ensino técnico, entre 2015-2016, trazendo também a pauta da qualidade da educação.

Conclusões: os desafios do novo milênio

Concluindo, afirmamos: as lutas e movimentos pela educação são antigos, mas às vezes invisíveis perante a sociedade mais geral e só recentemente ganharam visibilidade na mídia. Todos os movimentos sociais sempre têm um caráter educativo. Usualmente os sindicatos dos professores e o movimento dos estudantes são os protagonistas que entram em cena com maior frequência. Mas lutas e demandas pela educação não se resumem ao território das escolas, seus estudantes e profissionais.

A educação, de um modo geral e a escola, de forma específica, têm sido lembradas como uma das possibilidades de espaço civilizatório numa era de violência, medo e descrença. A escola pode ser polo de formação de cidadãos ativos a partir de interações compartilhadas entre a escola e a comunidade civil organizada. As lutas pela educação podem ser o alicerce desta nova história. A premissa fundamental que defendemos há alguns anos é: a participação da sociedade civil nas lutas pela educação não é para substituir o Estado, mas para que este cumpra seu dever: propiciar educação de e com QUALIDADE para todos.

Os atuais movimentos na área da educação devem ser analisados sob a ótica das mudanças operadas no conjunto de outros movimentos sociais contemporâneos, pois eles são diferentes dos movimentos operários, assim como diferem dos movimentos identitários dos anos 1980/90 do século passado, que ficaram conhecidos como a onda dos “novos movimentos sociais”, organizados em torno de questões de gênero, etnia, faixa etária ou questões ambientais. Este leque ampliou-se e hoje abrangem questões nas escolas como de gênero, etnia, nacionalidade, religiões, portadores de necessidades especiais, meio ambiente, qualidade de vida, segurança pública, paz, direitos humanos, direitos culturais etc. Os movimentos sociais são fontes e agências de produção de saberes.

Na atualidade, as autoridades governamentais têm tido dificuldade em dialogar com os movimentos sociais, especialmente com a maioria de jovens, porque, na primeira década do novo século, preferiram as formas institucionalizadas de participação civil, dadas por conselhos, câmaras e grandes conferências nacionais e políticas específicas às mulheres, juventude, afrodescendentes ou áreas temáticas como alimentação etc. Muitos representantes

institucionais, que atuam nestas estruturas institucionalizadas, advêm dos movimentos de forma identitária, formados a partir da onda de novos movimentos sociais que sacudiu o país ao final dos anos de 1970-1980 e parte dos 1990. Eles não acompanharam as mudanças operadas no campo social, especialmente as novas formas de sociabilidade e comunicação geradas pelas redes e mídias sociais.

Os atuais movimentos sociais dos jovens são também diferentes dos movimentos antiglobalização dos anos de 1990-2000, embora também se organizem *on line*, tenham circularidade nas estruturas de organização. Eles reúnem minorias que se organizam de forma transnacional, com pautas que com espírito global, que podem ser acionadas em qualquer lugar do mundo. Muitos deles inspiram-se em ideias libertárias, advindas do *revival* de algumas formas do anarquismo, no século XXI.

Referências

ABRAMO, H. W. *Grupos juvenis dos anos 80 em São Paulo: um estilo de atuação social*. Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia), 1992.

BARBOSA, A. A. (des)articulação do movimento estudantil (década de 80 e 90). *Educação: teoria e prática*, vol. 10, n. 18/19, p. 5-14, 2002.

BRINGEL, B. Ciclos de protesto e lutas estudantis no Brasil. *Revista Perspectiva Histórica*, v. 2, p. 29-43, 2012.

_____. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. *Eccos. Revista Científica*, v. 11, p. 97-121, 2009.

CALDART, R. *Educação em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CASTELLS, M. *The raise of the network society*. Oxford: Blackwell. 1996.

CATANI, D. B. *Educadores à meia luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo (1902-1919)*. São Paulo, Tese de Doutorado, FE-USP, 1989.

COSTA, M. R. *Experiências emancipatórias: alternativas políticas e políticas alternativas dos movimentos sociais no Nordeste*. Tese de Doutorado, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

FERNANDES, F. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966.

GENTILI, P. (org.). *Pedagogia da exclusão*. 3a. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOHN, M. G. *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praça dos Indignados no Mundo*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

_____. *Movimentos e lutas sociais na História do Brasil*. 8ª ed. São Paulo, Loyola, 2013.

_____. *Teorias dos movimentos sociais*. 11ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2015.

_____. *Movimentos sociais e educação*. 8ª ed. São Paulo: Cortes, 2012.

_____. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 5ª ed. São Paulo: Editora Loyola, 2014.

_____. *Educação não formal e cultura política*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *A força da periferia: a luta por creches em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOMES, M. S. S. *O Movimento dos professores no Estado de São Paulo*, Universidade Metodista de São Paulo, Dissertação Mestrado, 2003.

LUGLI, R. S. G. *Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista) e o movimento de organização dos professores: 1964-1990*. São Paulo. Dissertação de Mestrado, FE-USP, 1997.

MICHILES, C. et al. *Cidadão constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MISCHE, A. Rede de jovens. In: *Tendências e Debates*, nº 31, abril/maio/junho de 1996.

_____. De estudantes a cidadãos: rede de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, p. 134-150, 1997.

_____. *Partisan publics: communication and contention across Brazilian youth activist networks*. Princeton: Princeton Univ. Press, 2008.

RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SEMERARO, G. *A primavera dos anos 60*. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

TARROW, S. *The power of movements*. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1994.

TOURAINÉ, A. *Um novo paradigma – para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006.

VELASCO e CRUZ, S. C. 1968: Movimento estudantil e crise na política brasileira. *Revista de Sociologia e Política*, n. 02, 1994, p. 37-55.

VIANA, C. *Os nós do “nós” - crise e perspectiva da ação coletiva docente em São Paulo*. São Paulo: Ed. Xamã, 1999.

Recebido em: 24/05/2016

Aceito em: 15/06/2016